



MORADA LUDOVICENSE Tradição e adaptação

Autores:

Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão - Undb - lenacarolina2@gmail.com
Gustavo Rocha-Peixoto - UFRJ - grpeixoto@gmail.com

Resumo:

O presente ensaio teve como principal objetivo demonstrar aspectos tradicionais e adaptativos da morada ludovicense, enfocando suas semelhanças e suas devidas particularidades, no âmbito de sua implantação no lote, resultado de uma traça ordenadora, bem como sua distribuição espacial e elevações, tendo a casa porta-e-janela como elemento gerador. Foram utilizadas fontes bibliográficas e pesquisas consolidadas, bem como levantamentos de plantas e fachadas que ratificaram os aspectos estudados como peças importantes para o estudo sociológico da morada, inclusive da formação da família maranhense.

MORADA LUDOVICENSE

Tradição e adaptação

INTRODUÇÃO

É fato que a morada ludovicense, de modo geral, manteve-se coerente com a arquitetura implantada no Brasil durante os séculos XVIII e XIX. Porém, é possível dizer também que tudo foi reinterpretado, inicialmente ajustando-se às condições climáticas locais e em um segundo momento, conforme as condições socioeconômicas.

Em São Luís, além das transformações arquitetônicas necessárias para se adaptar às chuvas e o calor intenso que acontecem durante boa parte do ano, características da região amazônica, esta mesma arquitetura adquiriu características próprias para se adequar ao empório burguês que exercia o controle político e administrativo sobre os centros interioranos do baixo sertão do estado, uma vez que servia a uma sociedade e economia diferente das de outras partes do país.

Nesta região caracterizada pelo clima do tipo quente-úmido e atravessada pela linha do equador, a incidência dos raios solares sobre o plano horizontal ao meio-dia é quase perpendicular durante o ano todo, gerando temperaturas de valor máximo neste horário. Condições propícias à altos índice pluviométrico. Para vencer os “invernos”, a casa ludovicense teve que se adaptar de modo bastante eficiente às condições climáticas do meio amazônico, distanciando-se e aproximando-se, por vezes, de seus congêneres. Adaptações essas que vão desde a informalidade da telha vã, dos pés-direitos mais elevados, da adaptação de novos recursos de ventilação e do gosto pelo revestimento externo de suas fachadas.

De acordo com Silva Filho (1998, p.33), esta morada, introduziu um aspecto tropical ao espírito lusitano: a capacidade de não perder as formalidades sem ser indiferente a ponto de desprezar o conforto da rede nordestina. “Mágica de formas e matizes da luz equatorial, despreendida de intenção alegórica, é a essência artística de um tempo, mesclada no engenho português e na convivência do clima Amazônico”.

As adaptações estão presentes não somente no que se refere às adequações climáticas ou às técnicas e materiais construtivos, como também ao momento histórico vivido. A adaptação e a tradição andam juntas e podem ser encontradas em todas as tipologias da morada ludovicense.

É verdade que muito já se disse sobre esta arquitetura e sobre a sua importância para o mundo, mas abordar a temática da morada ludovicense isoladamente enfocando suas semelhanças, tradições e mesmo seus condicionantes para que esta pudesse surgir com suas devidas particularidades, de ordem técnicas-construtivas ou mesmo no âmbito de sua distribuição espacial é importante inclusive para o estudo sociológico da formação da família maranhense.

Na tentativa de fecundar mais uma fonte para o debate e diálogo que pudesse contribuir para uma narrativa específica sobre a morada urbana ludovicense, buscou-se depreender porque estas peculiaridades são, de certa forma, achatadas quando inseridas dentro do jargão da arquitetura luso-brasileira.

SÃO LUIS: EVOUÇÃO URBANA

De acordo com Lopes (2008, p.14), o engenheiro-militar Francisco Frias de Mesquita, adotou na traça da cidade as *Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población e Pacificación de las Indias*, de 1573, incluídas nas Ordenações Filipinas, que no urbanismo refletiam o gosto renascentista de simetria, beleza e uma ordenação racional dos espaços públicos, que surgiram com a descoberta dos desenhos de perspectiva e como uma forma de ordenar o território após a invasão dos franceses. O que possibilitou o desenvolvimento de um arruamento organizado e alinhado sob uma malha ortogonal que obedecia a orientação dos pontos cardeais.

Como em outras cidades de origem lusa o primeiro momento da colonização se deu no topo da colina, porém sem a simples conformação posterior ao resto do sítio, pois em São Luís o padrão de regularidade aplicado ao traçado do arraial se antecipou a outros traçados, uma vez que o mesmo é do século XVII, fazendo com que os lotes não se limitassem apenas às condições geográficas, mas seguissem o padrão imposto pela traça original. A Ilha volta a ser invadida em 1641. Desta vez, por holandeses vindos de Recife que fazem um importante registro do traçado urbano da cidade.

A cidade de São Luís viveu um período prolongado de estagnação econômica, devido a uma economia de subsistência que se estendeu desde sua fundação até a metade do século XVIII. São Luís e Belém eram colônias militares de povoamento, por serem pontos estratégicos do extenso dispositivo de defesa espanhol que levava às riquezas do Prata.

Deste modo, pode-se dividir a evolução urbana da cidade de São Luís em períodos distintos, a seguir os que serão de interesse para o entendimento deste ensaio.

Entre 1612 a 1755 a cidade não possuía pujança econômica, exercendo função de caráter político. Assim, os contornos urbanos ainda eram muito singelos sem uma arquitetura de expressão, pois o comércio ainda não permitia uma vida urbana plena.

É somente na segunda metade do século XVII, que se solidificaram as atividades econômicas regulares, de caráter urbano, correspondendo a uma parcela permanente da população urbana, pois muitos viviam no campo apesar de possuírem suas casas urbanas

nos grandes centros para negócios, as quais permaneciam fechadas a maior parte do ano ou eram habitadas somente pelo pessoal de serviço

No período de 1755 a 1820, a cidade adquire contornos urbanos mais formais e que surgiram os casarões azulejados, pois o comércio se avulta. É neste período que a cidade tem seu primeiro grande surto urbanístico a partir da explosão do agronegócio regional.

De 1820 a 1880, é o período em que a cidade se adéqua a economia regional a qual está inserida. A cidade permanece provinciana apesar do surgimento da imprensa, da Biblioteca Pública, do Liceu Maranhense, de bancos e da maior produção açucareira e algodoeira.

Já no período de 1880 a 1900, houve uma tentativa de industrialização e um parque têxtil que acabou por não prosperar. Apesar de muitos autores registrarem este período como uma grande etapa para evolução urbana da cidade, as poucas unidades fabris foram, na verdade, insuficientes para produzir uma grande expansão da cidade, mesmo assim contribuíram com o alargamento da urbe, pois algumas fábricas ao se instalarem mais afastadas do núcleo urbano principal forçavam a expansão da fronteira cidadina e a desconcentração demográfica da mesma. Com isso, notam-se mudanças no semblante da cidade, dotando a mesma de uma arquitetura mais apropriada ao acúmulo de capital gerado pela nova atividade, o que tornou o chão urbano mais valorizado (MONTOVANI; MOTA, 1998 apud RIBEIRO JUNIOR, 2001, p. 64).

Deste modo, pode-se afirmar que foi a partir no século XVIII que a cidade começou a viver um período de maior prosperidade a partir do desenvolvimento de uma economia de mercado: arroz, algodão e outros produtos tropicais que passaram a ser solicitados pelo mercado internacional devido especialmente a independência norte americana e às revoltas das colônias francesas do Caribe. Assim, a cidade que havia permanecido estagnada inicia um período econômico promissor recebendo um novo estímulo com a criação da Companhia de Comércio Grão-Pará Maranhão.

São Luís faz parte da ocupação litorânea, porém por sua ótima condição portuária fora transformada em porto da Região Meio Norte para a exportação de arroz e algodão, e passa a acumular riquezas também a partir do campo. Por volta de 1835, chegou a ser considerada a quarta cidade mais importante do Império brasileiro, superada apenas pelo Rio de Janeiro, Salvador e Recife: “Devo dizer que, depois das três grandes cidades comerciais, Rio, Bahia e Pernambuco, a cidade do Maranhão merece indubitavelmente a classificação seguinte, e têm realmente esplêndida aparência” (AVÉ-LALLEMANT, 1859, p. 19).

Portanto, é a partir do último quartel do século XVIII, que as construções, em sua maioria construídas em taipa e palha, foram sendo substituídas por edificações de alvenaria de pedra argamassada com cal marinha e óleo de peixe, empregando a madeira de lei, abundante da floresta amazônica, para estruturar os telhados, fabricar esquadrias e entrepisos. Construtores e mestres-de-obras vindos diretamente de Portugal passaram a utilizar materiais importados, como as cantarias de lióz, azulejos e serralherias, trazidos com a dupla função de servir também como lastro dos navios.

Assim, os sobrados da capital maranhense ganharam formas e acabamentos mais refinados, como a aplicação de azulejos nas fachadas que se tornou mais abundante a partir da segunda metade do século XIX. A cidade passou a ser um entreposto comercial, que acabou por produzir duas consequências sobre sua urbanização. A primeira foi a diversificação da população e a concentração de atividades econômicas provocando a valorização do chão urbano (BURNETT, 2008). A segunda, foi a adequação dos lotes urbanos para acomodar edificações maiores que passaram de cinco braças de frente por quinze de fundo para lotes de até cinquenta braças ou mais cercados por outros de quinze, cinco, quatro, duas... (MOTA; MANTOVANI apud BURNETT, 2008). Nascendo assim, um conjunto de casarões e sobrados azulejados onde os ricos fazendeiros e prósperos comerciantes mostravam sua pujança econômica: “Gastávamos, portanto nossas reservas no conforto e no luxo, a que íamos habituando com o convívio dos ingleses e franceses. Datam dessa época nossos sobradões de azulejos” (VIVEIROS, 1954 apud RIBEIRO JUNIOR, 2001, p. 63).

CÓDIGOS DE POSTURA E ORDENAMENTO

Os Códigos de Postura (dos anos de 1832, 1842, 1866, 1893) regularam o modelo urbanístico, demonstrando um rigoroso compromisso com a ambiência urbana, como também com sua expansão, ditando as dimensões e larguras das ruas até o período da Primeira República. Segundo Selbach (2009), quando Código de Posturas de 1842 foi promulgado, a zona urbana comportava algo em torno de 33 mil habitantes e seus artigos eram reflexo dessa concentração populacional que, embora incipiente, já necessitava regularizar as práticas cotidianas de forma mais contundente.

É importante salientar que neste momento outras cidades do país passam também a ter códigos de postura que levaram a instrumentalização do controle da transformação urbana assim como tencionaram impor os padrões de regularidades implícitos nas mediadas desta ordenação. Sendo assim, vale lembrar que esta standardização dos traçados não foram tão valiosos para São Luís, uma vez que a mesma já possuía um traçado ordenador desde o século XVII. Em São Luís, os códigos de postura ajudaram mais na manutenção da ordem urbana que numa tentativa de reorganização, como ocorreu em outras partes do país a partir do século XVIII objetivando melhorar a aparência das vilas e cidades brasileiras.

Disposições, contidas na legislação, mostram a intenção das autoridades em tentar manter o padrão urbanístico estabelecido para a cidade desde a confecção do plano ortogonal traçado pelo engenheiro-mor. Essa atitude se constituiu numa especificidade importante do traçado urbano, uma vez que em muito se diferiu daquele que marcou cidades como Recife e Rio de Janeiro coloniais. Até meados do século XVIII as cidades coloniais sobreviviam abandonadas por Portugal, em virtude da natureza de ocupação do território brasileiro, que se concretizou em boa medida por meio da iniciativa privada dos colonos. Dessa forma, enquanto os interesses políticos e econômicos dos colonos coincidiram com os do reino, as cidades se comportaram conforme a expectativa do Estado. Com a mudança de situação, a metrópole sentiu a necessidade de intervir na recondução das cidades à ordem colonial.

O Código de 1842 tratava basicamente das atividades relacionadas ao comércio, salubridade, comportamento, trânsito, segurança, espaço público e aformoseamento da

urbe, como as construções. O código era uma necessidade de adequar a cidade aos novos modelos de civilização já discutidos no Rio de Janeiro com a chegada da família real em 1808. Esse fato veio propiciar a modernização das cidades, sendo mais intensificado no fim do século XIX e início do XX. O artigo quatro dispunha sobre a abertura de novas ruas, que deveriam ter largura média de oito braças (equivalente a 17,6 metros), para poder dividir ao centro com canteiro de árvores, e mínima de quatro braças, quando já existissem edificações. Isto se fazia necessário para melhorar a circulação que, com a ampliação dos limites urbanos, as ruas de pouca largura poderiam represar o acesso ao centro comercial.

Esta situação perduraria no segundo Código, publicado em 1866. A população de São Luís manteve-se com pouco mais de 30 mil habitantes, distribuídos em 72 ruas, 19 vielas, 10 praças, 55 edifícios públicos, 2.764 casas, sendo 450 com mais de um andar. As novas ruas deveriam ser sempre abertas em direção reta, e ter, no mínimo, oito braças ou oitenta palmos de casa a casa, reservando uma braça de cada lado para as testadas. Os proprietários estavam obrigados a construir o passeio e o meio-fio, de modo que o pedestre tivesse espaço para transitar e não atrapalhasse os veículos. (SELBACH, 2009). O que mostra que as ruas as quais hoje chamamos de estreitas eram, na verdade, bastante largas para época, com calçadas igualmente largas e caixas que permitiam o tráfego nas duas direções. Entende-se melhor este dimensionamento se compararmos estas com Salvador, onde as ruas estabelecidas pela Câmara deveriam ter sessenta e seis palmos de largura, algo em torno de 14,5 metros, portanto, 3,10 metros a menos que em São Luís.

Da mesma forma que nos anteriores, o Código republicano de 1893, reforçou a necessidade de denominar ruas e praças, bem como numerar os prédios e inibiu ações que viessem a prejudicar a circulação nas ruas, como colocar objetos em janelas, estender roupas, armar barracas, depositar mercadorias, sentar nos passeios, ligar o esgoto dos prédios nos passeios, construir sem cercar a frente da obra, limpar vasilhas, peneirar gêneros, pelar ou lavar animais, cozinhar, acender fogueiras ou carregar volumes que impedissem o trânsito.

A abertura de ruas continuou seguindo largura mínima, desta vez ainda maior, com 20 metros e 2 metros de cada lado para as calçadas, e exigência de projeto de engenharia aprovado na Intendência. Os prédios deveriam obedecer à altura mínima e serem construídos em alvenaria com telhado de barro, pois os telhados de palha já não eram possíveis desde o código anterior. O que pode demonstrar uma relação entre tamanho dos lotes e volumetria das edificações, que em São Luís ficaram marcadas nas tipologias das moradas. Portas e janelas não poderiam abrir para a rua, nem os entulhos permanecer depositados. As calçadas deveriam ser construídas e conservadas pelos proprietários dos imóveis, de modo que os passantes não tivessem de caminhar pelo meio da rua. Este Código perduraria por quatro décadas, período em que a população de São Luís dobraria de tamanho, passando para 70 mil habitantes em 1935.

Assim, observa-se que durante todo o século XVIII a regularidade da cidade está associada à beleza e ao bom governo que a cidade deveria expressar; o que passava não apenas pela regularidade do traçado urbano, mas também pela adoção de modelos arquitetônicos uniformes aos quais deveriam obedecer todas as construções de uma rua, de uma praça, ou de toda uma cidade.

A associação da formosura da cidade à regularidade do traçado e à arquitetura uniforme a que as várias construções deveriam obedecer estavam patentes nas Cartas Régias, nos Autos de Fundação e posteriormente nos Códigos de Postura. Este conceito associado à regularidade do traçado que foi aplicado na cidade e acabou por gerar variações arquitetônicas geradas a partir de um tipo base: porta-e-janela. Tais variações estavam diretamente ligadas ao tamanho dos lotes que derivavam de um quarteirão quadrado com lotes de menor profundidade.

Os lotes do século XVII, de procedência da traça original, eram simétricos e praticamente de tamanhos constantes; apresentavam-se com formatos uniformes no tamanho de cinco braças de frente por quinze de fundo, com poucas variações e mostravam-se no alinhamento das ruas.

No século seguinte estes lotes já não apresentam tamanhos tão uniformes, sendo os mesmos um pouco maiores do que os do século anterior. São lotes de até cinquenta braças¹ ou mais, cercado pôr outros de quinze braças e inúmeros de cinco, quatro e até duas braças e meia de testada. A conformação urbana do século XIX continuou a seguir a malha ortogonal, porém trouxe lotes um pouco mais irregulares, e com maior variação de tamanho. Passaram a existir lotes de quinze braças de frente por trinta e dois de fundo, de dezessete de frente por cem de fundo, de cem de frente por quarenta e cinco de fundo, variando sempre de acordo com os usos e também por quem iria doar ou comprar estes lotes.

Foi esta variação no tamanho dos lotes que permitiu a evolução tipológica da cidade. Tal variação tem uma importância tão significativa no conceito da morada ludovicense que a associação dos nomes destas moradas está diretamente ligada com a sua definição, ou seja, a sua definição tipológica está diretamente associada a sua significação (Fig. 1). Sendo comum alguém dizer que fulano mora numa porta-e-janela próxima ao beco tal, ou que sicrano reside em uma morada inteira de fachada azulejada. São significações que já conceituam a moradia a partir da sua tipologia, onde se sabe de imediato quantos vão existem naquela fachada.

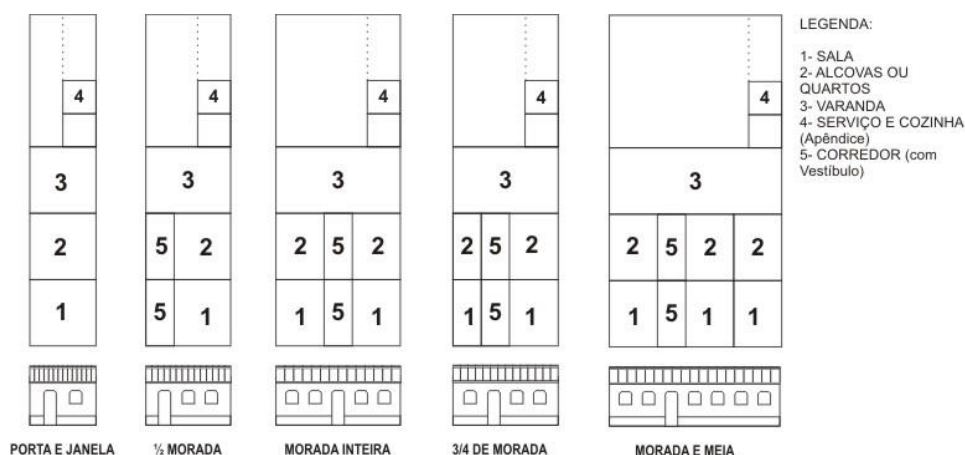


Figura 1 Desenho esquemático das Tipologias Básicas.
Fonte: Lena Carolina A. F. Ribeiro Brandão

¹ Braça; antiga medida de comprimento equivalente a 2,2m

De volta a questão urbana, reformas mais arrojadas aconteceram no século XIX. Sem dúvida a riqueza algodoeira possibilitou as melhorias urbanas e a valorização arquitetônica. Neste período a cidade foi dotada de galerias pluviais com uma extensa ramificação e chafarizes com água canalizada. No ano de 1825 a cidade foi dotada de iluminação pública abastecida com azeite que posteriormente foi substituída por álcool terebintinado. Em 1861 passou a ser de gás hidrogênio, porém somente em 1924 a energia elétrica chega a cidade.

A demora da chegada de energia elétrica reflete bem a segunda grande estagnação econômica que viveu a cidade após a crise da agro exportação, que se consolidou com a recuperação dos Estados Unidos na produção de algodão e as pressões da Inglaterra pelo fim do regime de escravidão, além das revoltas internas como a Balaiada.

No século XX, a concentração da economia nacional nas regiões sul e sudeste do país e a distância da cidade dos centros políticos, administrativos e financeiros do Brasil também contribuíram para estagnação econômica que assolou a cidade até os fins da década de 20 do último século (BURNETT, 2009). Fatos que contribuíram para a manutenção do acervo arquitetônico no qual o objeto deste ensaio está inserido, permitindo a “preservação” passiva de um enorme conjunto arquitetônico remanescente dos séculos XVIII e XIX.

MORADA LUDOVICENSE: TRADIÇÃO E ADAPTAÇÃO

A partir da definição dos conceitos a respeito da tradição e da adaptação, pode-se constatar que a diversidade de tipos da morada obedeceu a condicionamentos econômicos e sociais que se refletiram na arquitetura tradicional, influenciando a classificação morfológica e construtiva que este ensaio pretendeu tratar. Deste modo, principia-se por dizer que a habitação pode ser considerada a expressão final da convergência de razões correlacionadas, cuja influência naturalmente se adapta aos recursos geográficos, às imposições climáticas e às necessidades e circunstâncias sociais.

Muitos destes condicionantes, refletem a tradição construtiva que faz com que a casa ludovicense compartilhe pontos comuns com as congêneres nacionais. Assim como as imposições climáticas, as necessidades e circunstâncias sociais, e também a disponibilidade de recursos naturais e geográficos fez com que a morada adquirisse características adaptativas.

É fato que os recursos imediatamente disponíveis só têm valor absoluto nos primeiros estágios de habitação humana, embora mesmo nestes níveis haja sempre variações arquitetônicas, convenções e ideias locais que encontram sua expressão própria (KESSING, 1961). Mesmo assim, estes recursos acabam por serem matérias-primas essenciais na realização destas construções, dando-lhes aspectos particulares seja na aparência ou no processo construtivo.

Os casarões ludovicenses, sejam eles construídos pela alta burguesia ou as casas de porta-janela, registram grande parte da memória da cidade que pode ser lida não somente na sua arquitetura como também nas práticas culturais que ao longo do tempo se perpetuaram através da oralidade e dos costumes. Pode ainda ser interpretado na sua estrutura socioeconômica que produziu padrões dominantes – sobrados, consolidando as diferenças

sociais extremadas que se manifestaram durante todas as fases da sua história. Assim, se concretizou a importância da residência assobradada como uma espécie de símbolo da cidade, um símbolo que é construído com base em uma motivação cultural, contribuindo para sua identidade. Neste sentido, enfatizou-se seu valor simbólico como referência na construção de uma imagem cristalizada da cidade. Pois, ao falar de São Luís, automaticamente faz-se referência a seus aspectos históricos que ainda hoje são preponderantes na caracterização da cidade: Cidade dos Azulejos, Casarões coloniais, Atenas Brasileira entre outros.

Estes aspectos históricos a individualiza, caracteriza e se destaca de modo marcante na construção de sua identidade, tanto no cenário nacional como internacional, tornando-a digna de reconhecimento, onde sempre é lembrado o seu rico conjunto de edificações de feição colonial remanescente dos séculos XVIII e XIX, classificado pelo IPHAN na sua maioria como *Tradicional Português*², que surgiram a partir das transformações sociais ocorridas nestes séculos

Os casarões se transformaram em um ícone de todo patrimônio histórico cultural da cidade, com uma força de simbolização e semantização que ratifica ligação da cidade com a história, tendo nesta sua força maior.

Deste modo, as edificações são dotadas de elementos arquitetônicos que a tornaram adaptadas a todos estes aspectos já citados – culturais e físicos, com elementos arquitetônicos que favorecem sua adequação ao clima local, como os elevados pés-direitos e as varandas guarnecidas de esquadrias do tipo veneziana voltadas para os pátios internos. Além dos azulejos das suas fachadas que se tornaram outro grande símbolo cristalizado da cidade, ou mesmo o modo de morar, de habitar estas edificações.

Neste contexto, se fez necessário uma análise mais profunda para que não fossem descortinados somente as características impressas no atarracamento e na quadradez citadas por Costa (2006, p. 19) que são próprias da esteticidade do “estilo tradicional português” e assim observar seu caráter integrador e adaptativo por outro ângulo, pois a fisionomia severa da fachada citada também por Freyre (1971), Reis (2000a) e outros; são igualmente encontrados nos casarões ludovicenses, bem como seus elementos padronizados: pedras do reino, portadas e ombreiras, a arquitetura de pedra e cal, a simetria das fachadas com seus cheios e vazios, suas paredes caiadas, os densos cunhais; e os elementos compositivos que vão da arquitetura pombalina à eclética apresentada nas platibandas do fim do século XIX, embora estes aspectos apresentem uma ordenação e uma proporção que raramente se fazem presente em seus congêneres. Enfim, todos os aspectos que caracterizam a arquitetura luso-brasileira também podem ser observados nos casarões ludovicenses, mas podem revelar outras conclusões a respeito deste tema.

Nestes termos, não se quer, contudo, mostrar somente os créditos de alguns aspectos que revelam de imediato o caráter de adaptação desta morada. Muitos inclusive são constantemente demonstrados e são de grande valor, como: a importância do mirante na cultura da *Atenas Brasileira* e como elemento importante na aeração da casa implantada na linha equatorial, as esquadrias tipo veneziana, a relação da varanda com os hábitos e

² Estilo arquitetônico classificado pela Superintendência do IPHAN no Maranhão relacionado a 56% dos imóveis de tombamento federal da cidade de São Luís.

costumes no ato de morar ludovicense, a dimensão simbólica da azulejaria de suas fachadas; o tamanho dos lotes que fizeram com que os fluxos e a compartimentação da casa oferecesse para seus moradores novas maneiras de utilizá-la, uma vez que a disposição fundiária da cidade estruturada em quadras dispostas sob uma traça reguladora resultou numa malha urbana articulada que expressou, ao longo do tempo, as relações tipológicas constituídas em torno de pontos vitais para a coletividade, expressa na construção de suas fontes, praças igrejas e conventos.

Como síntese, pode-se citar o sobrado da Pacotilha (Sobrado A) que reúne todas estas características (Foto 1). Sobrado do século XVIII que possui uma tipologia única na cidade (morada inteira com três pavimentos, porão e mirante). Além de sua fachada frontal azulejada, sua fachada posterior completamente vedada por esquadrias demonstra o despojamento da morada para seu pátio interno, que juntamente com o mirante, exemplificam os recursos de aeração da edificação. Localizado no Largo do Carmo, ele faz parte da paisagem local se relacionando diretamente com a praça e o convento de mesmo nome, construção mais influente do local.



Foto 1 - Fachada posterior do sobrado situado a Praça João Lisboa, Nº37 (A Pacotilha)
Fonte: Lena Carolina A. F. Ribeiro Brandão

Daí em diante, a morada ocupou ao longo deste processo de construção da cidade a testada principal do lote, sem recuos frontais e laterais, tendo apenas os fundos como uma área livre e descoberta. A partir das necessidades da morada e por causa da largura dos lotes esta ocupação avançou para as laterais, estabelecendo a planta em L ou mesmo em U transformando a área livre em um pátio, o que foi possível principalmente pela largura destes lotes.

Com isto, pode-se afirmar que as plantas e fachadas destas moradas, sejam elas térreas ou assobradadas, possuem variantes distintas que autorizam análises mais profundas para compreensão da estética da cidade ao longo do tempo bem como permitem também caracterizar a tradição e a adaptação das mesmas.

Para tanto, é preciso entender a adaptação não somente como a adequação desta morada aos calores equatoriais, mas como um esforço para integralizar, para acomodar e se igualar ao momento histórico vivido no país, onde os proprietários rurais reforçavam seus símbolos de grandeza na tentativa de justificar a superioridade perdida com a burguesia emergente, colaborando com a sofisticação da arquitetura e incrementando a vida urbana do país. O que se pretende dizer é que além das características adaptativas aos fatores como clima e às circunstâncias econômicas e sociais, esta morada também se adaptou às questões estéticas vividas no país sem, no entanto, ferir seu padrão tipológico.

No quesito tradição, esta deve ser entendida não apenas como a transmissão de doutrinas, mas principalmente como a transmissão de costumes que durante um longo espaço de tempo perpetuou um modo de morar do maranhense. Considerando a tradição como um laço do passado com o presente, que pode ser observado em romances e poemas dos prosadores e poetas locais, e que mostraram um profundo respeito aos costumes em seus relatos sobre esta morada.

Assim, analisando as fachadas dos casarões, percebe-se claramente a passagem do tempo, no que se refere às questões estéticas. Identifica-se a transição de modelos da arquitetura pombalina para a eclética, fato o que permite fazer uma análise evolutiva deste processo. Análise esta que vem a partir das mudanças identificadas nos edifícios e reveladas através de elementos compositivos produzidos em períodos distintos, que vão do beiral às platibandas.

Uma análise das plantas permite a identificação de alterações mais sutis, uma vez que estas se apresentam sempre como um desdobramento da planta da *porta-e-janela* que se desenvolveu, em meia-morada, morada inteira, morada e meia e mais 13 variações que relacionam o número de pavimentos e uso dos ambientes internos; mantendo as mesmas características das famílias tipológicas de origem.

Foram estes desdobramentos, esta evolução tipológica, se assim se pode chamar, que tornam as moradas ludovicenses tão particulares. Esta evolução - ou variação sincrônica como é chamada por Espírito Santo (2006) - está diretamente ligada às dimensões do lote. Isto permite a compreensão a respeito da estreita ligação entre a testada e o tipo. Mesmo os sobrados conservam em seus pavimentos o tipo básico.

Esta identificação a partir da compreensão dos elementos: *planta e fachada* torna a base arquitetônica – *porta-e-janela*, um elemento de caráter tradicional estruturador da morada, imprimindo a autenticidade do acervo da cidade, e contribuindo para elevar o valor do conjunto, não somente no que diz respeito a valores patrimoniais como também do bem arquitetônico em si e corroborando com todos os autores que identificam a arquitetura civil ludovicense como expoente máximo do período histórico aqui abordado, culminando naquilo que maior caracteriza os aspectos no que tange à sua tradição.

De tal sorte, é preciso então entender como o elemento *traçado urbano* foi o ponto chave para estabelecer este caráter tradicional da arquitetura maranhense, pois foi a partir dele que se possibilitou a evolução, os desdobramentos e por consequência as adequações que se fizeram sobre esta base sólida e de constantes bem definidas, que teve no sobrado o

seu píncaro. Foi a traça regular planejada por Frias de Mesquita que possibilitou a conexão entre evolução tipológica da morada e a tradição, tendo portanto, um papel importante na construção que possibilitou a multiplicidade tipológica da cidade.

A TRAÇA COMO ELEMENTO GERADOR DA TIPOLOGIA

Para um bom entendimento da importância do traçado da cidade de São Luís sobre seu padrão tipológico, convém lembrar que entre os anos de 1580 a 1640, com o declínio do império português, momento no qual a coroa portuguesa e hispânica se une sob o título histórico de “*União Ibérica*”, passou não ser completamente estranha à adoção de traçados regulares nas cidades de fundação portuguesa. A atividade de engenheiros militares simultaneamente ao serviço de Espanha e de Portugal, as influências mútuas que se verificaram no ensino da arquitetura e da engenharia militar, e a atividade legislativa de Filipe II, podem ter constituído importantes fatores para a crescente racionalização dos traçados portugueses a partir do século XVII. A partir da Restauração em 1640, a necessidade de reforçar o sistema defensivo do país fez com que muitas cidades portuguesas sofressem intervenções baseadas nos sistemas defensivos que então vigoravam na Europa, segundo os exemplos das escolas francesa e holandesa.

O Brasil começa a se preocupar, a partir deste momento, com a arrumação espacial, cadastral e funcional dos quarteirões similar às cidades hispânicas, como exemplo cita-se a própria cidade de São Luís, Filipéia (João Pessoa / Paraíba), Belém e Salvador (ROSSA, 2000).

É também no século XVII que o Método Lusitano passa a ser implantando no país para corrigir os sistemas de fortificação implantados no descobrimento. Segundo Santos (1977, p. 11), Luís Serrão Pimentel publica em 1680 as aulas de fortificação e estratégias urbanas da arquitetura militar que vêm sendo ensinadas aos engenheiros-militares, “revelando um bom nível de cultura técnica.” Estes mesmos engenheiros já estavam sendo enviados ao Brasil devido à cobiça dos franceses e à descoberta do ouro em Minas Gerais. Em outro exemplo de bom empenho técnico, o autor cita a planta de 1713 da cidade do Rio de Janeiro, obra do Brigadeiro João Massé, e pensada para corrigir o sistema de fortificação da cidade

Na cidade de Salvador pode-se encontrar uma expressão bastante nítida da síntese de algumas das características fundamentais das cidades de origem portuguesa. Nomeadamente, a construção do núcleo urbano primitivo no cume de um monte, e a sua organização em dois níveis, a cidade alta e a cidade baixa, com funções e características bem distintas: a cidade alta, sede do poder civil e religioso e a cidade baixa, local onde se desenvolviam as atividades marítimas e comerciais. Por outro lado, nas instruções de 1548 em que D. João III deu a Tomé de Sousa para a fundação de Salvador, encontram-se expressas as preocupações da Coroa com a regularidade do traçado da nova cidade. A cidade alta de Salvador, construída num sítio elevado sobre à Baía de Todos os Santos, foi uma cidade planejada segundo um traçado que, se por um lado, se adaptava às características topográficas do terreno e a um perímetro de fortificações de forma trapezoidal, por outro lado, era constituída no seu interior por quarteirões retangulares, sensivelmente regulares. O que resultava uma malha regular, mas não perfeitamente ortogonal.

Deste modo, apesar de muitas cidades fundadas no Brasil possuírem, efetivamente, um traçado irregular, ao gosto português da época, como Olinda e várias cidades de Minas Gerais, é fato que existiu uma tendência de (re)ordenar os traçados das cidades e que muitas receberam uma política urbanizadora com novas características e maior regularidade, o que acabou deixando as cidades que se originaram a partir de uma traça planejada com uma aparência semelhante às outras que principiaram de uma tendência mais livre:

São Luís e Parati são núcleos urbanos do século XVII que exemplificam as duas situações. Para Pessôa (2000), o sentido de ordenamento do traçado da cidade de Parati é muito similar ao traçado da cidade de São Luís que possuiu um planejamento prévio. A cidade de Parati era o ponto de partida dos caminhos que levavam às Minas Gerais, não havendo no seu traçado nenhuma referência monumental das cidades litorâneas como conventos, o que garantiu a homogeneidade do conjunto e foi a condição principal do fator de ordenação urbana, com quadras internas organizadas em função dos caminhos tendo o porto e estrada como elemento estruturador.

O mesmo acontece nas cidades mineradoras, com a diferença que estas possuem uma traça geralmente mais livre, uma vez que seu elemento estruturador se dava pela rua inicial do arraial, onde as igrejas, também sem os conventos do litoral, pois os mesmos eram proibidos naquela localidade, definiam o percurso de ligação determinando a configuração do sítio.

Durante o segundo século de colonização observa-se esta tendência de ordenação de formas do traçado buscando uma relativa regularidade nos sítios acidentados conformados pelas características físicas locais. A partir deste momento e durante o século XVIII as fundações das cidades brasileiras começam a se inserir em um arquétipo dentro de um programa funcional e institucional, com o propósito de estabelecer um processo de estandardização dos traçados.

Neste sentido, cabe perguntar qual é então a especificidade do traçado da cidade de São Luís que foi capaz de sugerir uma proporcionalidade, implantação e compartimentação diferenciada às construções locais, permitindo a evolução tipológica de sua morada, uma vez que este se assemelha a outros congêneres?

Para tentar responder a esta pergunta, é conveniente observar Rossa (2000, p. 20): “Interessantes, mas de conhecimento ainda pouco sistematizado, são as relações de directa proporcionalidade entre as dimensões do lote e a volumetria das edificações, para já não falar dos elementos arquitectónico-compositivos dos alçados.” Como se vê, não se possui ainda estudos que abordem diretamente o assunto, mas encontram-se pistas importantes dentro da obra de estudiosos sobre a gênese do urbanismo brasileiro para fabular sobre a questão.

Reis (2000a, p. 129 e 132) diz que “os padrões de racionalidade e regularidade aplicados no Brasil implícitos nas medidas para controle de transformação da organização urbana, devem ser referidos ao estado de conhecimento e prática da arquitetura e do urbanismo europeu da mesma época”, referindo-se aqui ao século XVIII, mas considerando que a traça da cidade de São Luís é do século XVII, o próprio autor afirma que até o século

XVIII a regularidade de traçado estava pouco presente no Brasil, apesar das tentativas de reordenação espacial das vilas e cidades.

Sendo assim, pode-se trabalhar com algumas hipóteses para entender por que os lotes de São Luís ficaram mais curtos e um pouco mais largos que outras cidades brasileiras que se assemelham ao seu traçado, o que vai influenciar diretamente na implantação das suas edificações, possibilitando um número considerável nas variações de plantas e compartimentações.

A primeira delas seria uma hipótese bastante simplista e singela, na qual consegue-se apenas destacar a possibilidade do fato (lotes mais curtos e largos), ter ocorrido devido a esta traça ter sido provavelmente a primeira do Brasil do gênero (SANTOS, 2008). Projetada a partir de um regimento que destacava apenas duas linhas de recomendações. Primeiro que fossem bem arruadas e depois que fossem direitas conforme a traça que ficaria em poder do Engenheiro-Mor, dotando assim, a cidade de um desenho com as qualidades de um plano geométrico onde as quadras inicialmente obedeciam a um padrão reticulado uniforme de ruas estreitas, de sete a dez metros de largura e às dimensões de quadras, com cerca de 80 X 80 metros (ÀNDRES, 2006). Mas existem também quadras maiores, que foram acrescidas à medida que o traçado se expandia e alteram a perfeita malha em grelha, que mesmo assim ainda permanece ortogonal.

Outra hipótese mais complexa teria como ponto de partida a necessidade de urbanizar para conter as invasões. Anteriormente, por desígnios lusos, as incertezas estratégicas de defesa aconselhavam os povoadores e seus arruadores a ir constituindo a cidade por partes, através de reformas e adições, conforme se viu, a especificidade do sítio se impunha como a mola mestra e os traçados, assim como os lotes, acabavam por se limitar à condição geográfica, adaptando os terrenos com maior ou menor regularidade aos limites pré-estabelecidos. Deste modo, concorda-se com Portas (2000) quando ele relata seu intrigamento ao confrontar o traçado de São Luís com outros, como o do Rio de Janeiro em plena época pombalina, considerando o traçado ludovicense um “*quase damero*” ainda em seiscentos.

No caso de São Luís, o objetivo primeiro da fundação lusa era a defesa, não somente no sentido de sair dotando o lugar de fortificações, mas de ocupar para não ser mais ocupada, e por isto seu traçado pode ter se antecipado à fase de consolidação da estratégia territorial lusitana que só se desenvolveu plenamente entre a fase filipina e pombalina. Isto se deve primeiramente aos saberes já codificados e operacionalizados dos engenheiros-militares que não se encontravam reunidos no tempo anterior e que agora, a exemplo dos desígnios hispânicos, trazem a maior certeza quanto à necessidade de crescimento e agentes urbanizadores, deixando então um traçado capaz de se expandir segundo um padrão, mantendo uma estrutura e identidade ao longo do tempo, como de fato aconteceu em São Luís na sua expansão até o século XIX.

Assim, a malha da cidade foi projetada, mesmo que ingenuamente, mesclando às intenções de uma cidade aberta – ideia que generalizou na Europa somente no século XVIII – com as fortificações já deixadas pelos invasores. Notam-se preocupações de extensibilidade futura (sentido Caminho Grande), onde a regularidade do traçado do espaço público

constitui uma malha formada por ruas e quarteirões, que embora inicialmente não fixassem praças, permitiu que elas fossem acrescentadas posteriormente dentro da mesma malha. (Fig. 2)

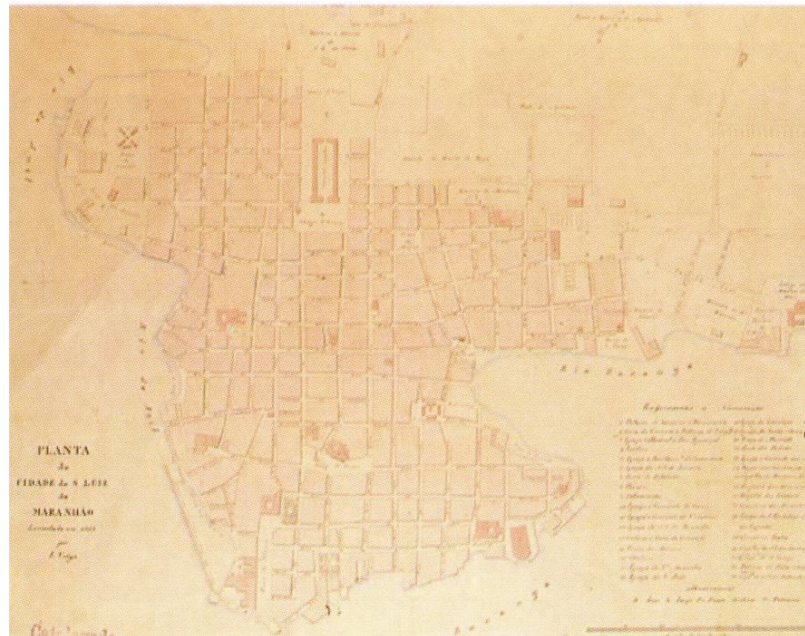


Figura 2 - Tábua XVIIb – Planta da cidade de São Luís do Maranhão em 1838. Levantada por A. Veiga
Fonte: Santos (2008, p. 168)

Foi somente com a política urbanizadora adotada por Portugal, inserindo novas características e maior regularidade nos traçados que estas ideias já empregadas na cidade de São Luís começam de fato a aparecer na colônia.

A partir do século XVIII este padrão do programa funcional e institucional torna-se generalizado em todo Brasil, agora com objetivos de standardização, como demonstram as cartas régias que fizeram as cidades brasileiras tão parecidas com as portuguesas. Tal fato ainda pode ser percebido no estudo de Santos (1977, p. 14) quando narra a Missão Científica dirigida por Thomas Ender que se refere à cidade do Rio de Janeiro como a *cidade antiga*, cortada por apenas oito ruas direitas e bastante estreitas, paralelas e partidas por muitas travessas particulares e, a *cidade nova*, construída depois da vinda da Corte, quando descreve seus limites e narra suas características de “*feições europeias*”.

Deste modo, foi esta tendência ordenadora de correção dos traçados e de melhorar a aparência das vilas e cidades que faz com que tais reformas introduzam quintais profundos junto às ruas, numa nítida tentativa de regularizá-las:

As casas sendo alinhadas, ofereciam a aparência de uma superfície mais ou menos contínua. Mas fora das áreas centrais e das praças eram comuns quintais chegarem junto às ruas e sobre as cercas ou muros podia se ver a vegetação, interrompendo a massa edificada (REIS, 2000a, p. 142).

Esta talvez seja a diferença maior entre os traçados de São Luís e outras cidades do país de fundação colonial. Como esta foi planejada, mesmo sendo num prematuro período para os ideais coloniais, os ajustes para controle, ordenação e melhoria do aspecto da cidade não foram tão necessários, fato que leva a crer que os lotes de maior profundidade bem como as quadras e ruas de larguras irregulares não foram possíveis de sobrevir, num primeiro momento, neste traçado. O que faz com que seus lotes, sejam, em geral, mais curtos e largos, pois não possuíam quintais junto às ruas, e só poderiam ser ampliados através da adição de lotes, fossem estas no sentido longitudinal ou transversal, fato que possibilitou durante toda a expansão deste traçado até o século XIX, um número considerável nas variações de plantas, a partir do modelo de origem (*porta-e-janela*) bem como suas compartimentações ao estabelecer uma relação direta entre as dimensões do lote e o volume das edificações:

Através de doações, compras e testamentos praticados pelas famílias ao longo da história da cidade, as regulares quadras de São Luís passam a apresentar um diversificado e rico padrão de lotes onde, por desmembramento e anexação, variada tipologia arquitetônica abriga nobres solares e simples *porta-e-janela*, onde diferentes segmentos sociais dividem afazeres e consomem o que há de infra-estrutura disponível [...] (BURNETT, 2008, p. 118).

Deste modo, existe na malha ortogonal da cidade uma grande variedade de lotes. Desde lotes de procedência da traça original com formatos uniformes no tamanho de cinco braças de frente por quinze de fundo, passando pelos lotes já não tão uniformes, do século XVIII com até cinqüenta braças cercado por outros menores. E, lotes um pouco mais irregulares, e com maior variação de tamanho, provenientes do século XIX, estes um pouco mais profundos, pois dependiam sempre dos usos e também por quem iria doá-los ou comprá-los.

Assim, os quarteirões regulares definidos a partir da traça de Frias de Mesquita consolidaram um variado parcelamento de lotes que acabou por possibilitar a variação tipológica que define a arquitetura maranhense: vizinho ao imponente solar pode ser encontrada a morada inteira, ou a morada e meia, como também a *porta-e-janela*. Expressões de moradia das várias classes sociais na urbe dos séculos XVIII e XIX.

PLANTAS E FACHADAS COMO ELEMENTOS DETERMINANTES DA TRADIÇÃO E ADAPTAÇÃO

Para este ensaio, se a *porta-e-janela* é a base estruturante da tradição, o sobrado é expressão máxima que consegue reunir toda sua carga de transferência; do poder do alienante para o do adquirente dos costumes como também é a síntese de uma espécie de adaptação somática, que resulta de uma modificação não simplesmente hereditária, mas em resposta aos fatores do meio, tendo na traça da cidade a convergência de motivos interdependentes que faz o elo entre a tradição e a adaptação. É ele que resume todo o conceito de tradição e adaptação da morada ludovicense.

Fato que pode ser bem observado quando se sobrepõe a base estruturante (*porta-e-janela*) sobre os exemplos estudados para identificá-la em todas as variações, como mostram as figuras de 3 a 7:



Figura 3 - Sobrado situado a Rua de Nazaré Nº 200 (Pav. Superior e Térreo) sob planta da tipologia genérica porta-e-janela

Fonte: Lena Carolina A. F. Ribeiro Brandão, a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA

Nestas plantas percebe-se bem a evolução do tipo *porta-e-janela* (em azul) sobreposta em ambos os pavimentos, bem como no Sobrado situado na Rua do Giz Nº 421, onde se verificar esta sobreposição de ambos os lados, uma vez que este corresponde a uma *morada-inteira* (Fig. 4).

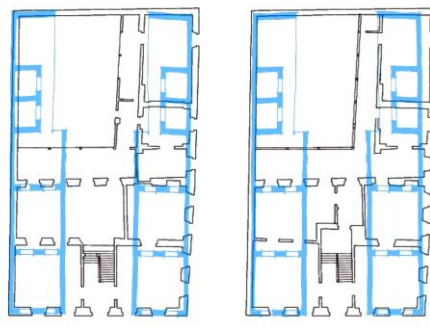


Figura 4- Sobrado situado na Rua do Giz Nº 421 (Pav. Térreo e Superior) sob planta da tipologia genérica porta-e-janela

Fonte: Lena Carolina A. F. Ribeiro Brandão, a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA

Outros exemplos ainda podem ser citados como os Sobrados situados na Rua Afonso Pena Nº 46 e Rua da Estrela Nº 559. Em todos se observa o tipo nuclear *porta-e-janela* (Figs. 5 e 6):



Figura 6 - Sobrado situado na Rua Afonso Pena Nº 46 e Rua da Estrela Nº 559(1º Pav. e Térreo) sob planta da tipologia genérica porta-e-janela

Fonte: Lena Carolina A. F. Ribeiro Brandão, a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA



Figura 6 - Sobrado situado Rua da Estrela Nº 559 (Pav. Térreo e Superior) sob planta da tipologia genérica porta-e-janela

Fonte: Lena Carolina A. F. Ribeiro Brandão, a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA

Se este estudo é válido para as plantas dos sobrados, nas casas térreas não seria diferente. Nas moradas situadas na Rua Afonso Pena Nº 394 e 293 (Fig. 7) pode-se sobrepor a mesma planta fazendo apenas pequenas adaptações no que diz respeito à profundidade e largura desta. Mesmo sendo a Morada Q do século XIX e tendo uma implantação diferenciada devido a um recuo lateral e a adição de um lote nos fundos, ainda é possível se verificar a base nuclear.



Figura 7 - Moradas situadas na Rua Afonso Pena Nº 394 e 293, sob planta da tipologia genérica porta-janela

Fonte: Lena Carolina A. F. Ribeiro Brandão, a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA

Além da clara evolução tipológica a partir desta base estruturante, é possível observar nas plantas do fim do século XVIII e do século XIX uma lógica compositiva que ordena a sua organização espacial. Esta ordenação lógica parece acontecer sobre uma malha geométrica (Figs. 8 e 9) de rara racionalidade se comparada com outras residências de cunho popular do norte-nordeste ou mesmo do centro-sudeste do país.

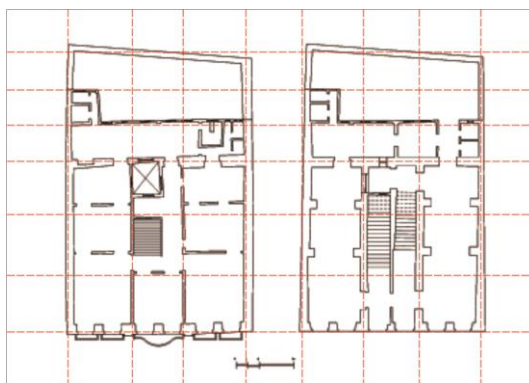


Figura 8 – Sobrado situado na Rua de Nazaré Nº 200, sob malha geométrica
Fonte: Lena Carolina A. F. Ribeiro Brandão, a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA

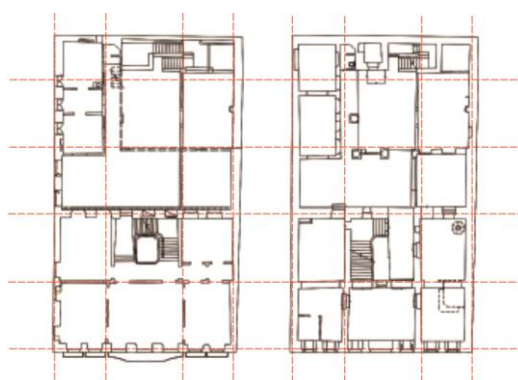


Figura 9 – Sobrado situado na Rua Afonso Pena Nº 46, sob malha geométrica
Fonte: Lena Carolina A. F. Ribeiro Brandão, a partir do levantamento do Arquivo IPHAN-MA

As residências do Vale do Paraíba, por exemplo, como relata Saia (2005, p. 209) são exemplares considerados mais tardios das casas bandeiristas, erguidos a partir da segunda metade do século XVIII, influenciados pela arquitetura mineira e caracterizados por inovações que contrastam com a distribuição interna das casas bandeiristas mais antigas, onde apesar da planta básica ser composta por três fileiras de cômodos perpendiculares ao frontispício da casa, não apresentam esta ordenação sobre uma malha racional; para o autor isto se deve também a aversão da “modenatura greco-romana” à taipa de pilão, que foi “senhora do planalto paulista” juntamente com o pau-a-pique. Lemos (1989a) completa este raciocínio quando diz que um melhor ordenamento espacial e o aparecimento de mais aberturas nas fachadas do Vale do Paraíba foi trazido especialmente pelos engenheiros-militares, que se mesclaram às regras de composição do neoclássico histórico introduzido no Rio de Janeiro pela Missão Artística Francesa, mesmo com muitas limitações.

Fato que pode reflexionar que esta força reguladora existente nas plantas das moradas ludovicenses não se faz presente de modo tão marcante em outras regiões do país, apesar de algumas exceções, pelo menos até a chegada dos engenheiros-militares nestas regiões que passaram a contribuir também com as primeiras iniciativas em regularizar os traçados das ruas e com as normas das edificações (REIS, 1995).

Para fechar este ato comparativo e rematar estas considerações sobre esta força ordenadora da morada ludovicense, pode-se ainda citar Freyre ao relatar a observação de Vauthier (apud FREYRE, 1971) quando este repara e retrata o conjunto arquitetônico de Recife, ressaltando suas espontaneidades, suas assimetrias e suas irregularidades associando o plano das casas aos hábitos brasileiros de vida patriarcal e escravocrata com toda sua força.

Assim, é possível concluir que em São Luís, embora sejam consideradas as influências externas condicionadas pelo meio em que estão inseridas e sendo estas a resposta para o conjunto de ideias de cunho ideológico e social, as moradas analisadas, além de partirem deste modelo gerador comum, possuem uma força ordenadora e lógica capaz de formar um conjunto de informações físicas, técnicas e projetuais que compõe a leitura tipológica do Centro Histórico da cidade.

Quanto às fachadas, estas passam a possuir caracteres adequados para se acomodar ao momento social. Um conjunto de características plásticas sugeridas a partir de uma adaptação evolutiva, resultante de mutações e recombinações para se acomodar ao meio. Mesmo assim, é possível também estabelecer uma relação de proporcionalidade no arranjo das suas janelas, nos tamanhos de seus cunhais, ombreiras e sacadas.

Os casarões do século XVIII estudados aqui possuem uma uniformidade mais acentuada nos padrões no que diz respeito a gabaritos e modulação dos vãos, bem como uma espécie de padronização dos elementos estruturantes em pedra como as vergas, portais e balcões. (Fig. 10)



Figura 10 – Sobrado situado a Praça João Lisboa, Nº37 (A Pacotilha)-MA
Fonte: Regina Borba

Já nos casarões do século XIX, é possível notar um número mais significativo de fachadas de inspiração neoclássica, com desenhos e adornos, principalmente no que se refere aos elementos de fachada como platibandas, frontões, colunas e escadarias.

Mesmo quando se tratam de reformas de fachadas onde normalmente mantiveram intacta sua composição interior e, por conseguinte, suas respectivas tipologias, o que faz

aduzir provas que o caráter adaptador pode e tem muitas vezes índole estética e cultural e não somente geofísicas, como é o caso da Morada situada na Rua Afonso Pena, 213) (Fig. 11).

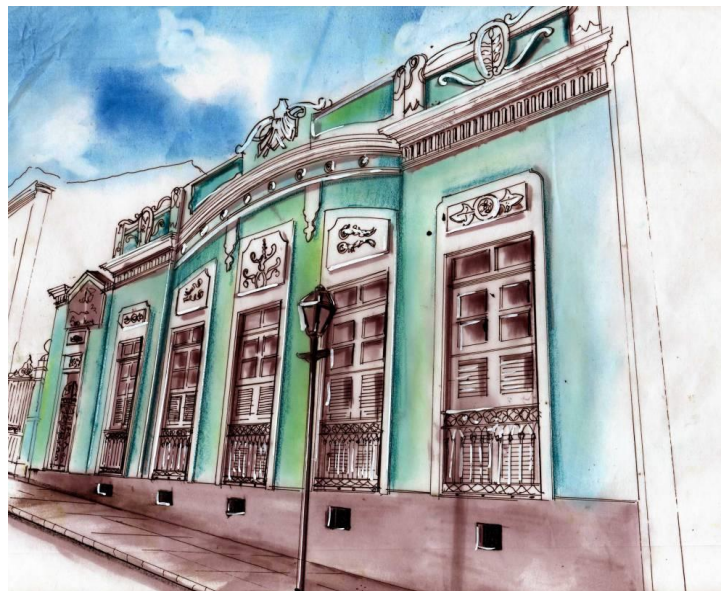


Figura 11 – Morada situada na Rua Afonso Pena Nº 213
Fonte: Regina Borba

A entrada, com larga varanda (figura 33), expõe espaços decorados de azulejos franceses, ingleses e painéis bucólicos, que acompanham toda varanda até o desembocar no pátio interno revestido de pedras de cantaria ao fundo da morada.

Tanta abundância visual sinaliza o aspecto do “jeito de morar” do fim do séc. XIX e início do séc. XX na cidade, mostrando que mesmo com a tentativa dos moradores mais abastados de se “europeizar”, a tradição se impõe na implantação da morada. Em resumo, pode-se considerar como adaptação, não somente as adequações ligadas aos fatores climáticos e geográficos para obtenção de conforto, como também as mudanças reveladas nas moradas através de seus elementos compositivos que foram produzidos em tempos distintos sem, no entanto, alterar sua família tipológica, mostrando um claro interesse de integração a um momento circunstancial vivido, produzido em tempos distintos e implantado em uma determinada ordem cronológica, o que ajuda na compreensão das estruturas estéticas produzidas no acervo da cidade e que se sobrepuseram ao longo do tempo entre o período Pombalino ao Eclétismo. Mesmo alteradas ao longo do tempo, estas fachadas mantiveram, porém, as mesmas características tipológicas oriundas do tipo-matriz (*porta-e-janela*) e das famílias por ele originadas, demonstrando o seu caráter de tradição, seja pelo conjunto de usos, ideias ou valores que foram transmitidos de geração em geração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em toda extensão do território brasileiro encontra-se a arquitetura trazida pelos colonizadores. Essa arquitetura alcançou um padrão estético que muitos identificam pelo jargão de *estilo colonial*: plantas regulares, alçados simples, recortes de madeiras, beirais

corridos, entre outras características que foram aplicadas em todo território. Porém, também é fato que ao se englobar toda arquitetura produzida neste período dentro deste jargão, se esquece das salvaguardas e peculiaridades locais, que associadas às suas tradições tornam a arquitetura de cada lugar uma arquitetura única, conferem-lhe importância e geram identidade no modo de viver e se relacionar com cada povo e região do país.

Nesta condição, entende-se que foi de grande relevância representar através deste ensaio um relato sobre a morada ludovicense que buscou especificá-la dentro deste jargão, enfatizando não somente suas tradições construtivas como também suas semelhanças e particularidades e ainda sua adaptação a todos os condicionantes que fizeram desta casa, a morada de um lugar. A morada que pode retratar o jeito de ser ludovicense.

Assim, pode-se ver em São Luís que muito foi reinterpretado, sobretudo no que diz respeito a disposição dos espaços internos e suas adequações às diferenças climáticas, fazendo das mesmas uma grande lição de adaptação e de invenção da população local, na criação de condições adequadas à sua própria existência.

Dentro da tradição o fato que a tornou particular em relação aos seus congêneres, uma vez que a compartimentação de sua planta, derivada da tipologia básica *porta-e-janela*, está estreitamente ligada e condicionada à traça da cidade. Não se pretendeu dizer com isto que este foi o único elemento gerador desta morada, porém, entende-se que ele é o ponto chave para estabelecer este caráter tradicional da arquitetura ludovicense, a partir dos desdobramentos e combinações possibilitadas pela implantação destas moradas e que expressa seu ápice nos sobrados da cidade.

Concluiu-se que os lotes mais largos e menos profundos, ou mesmo a variação nos tamanhos dos lotes em uma só rua, foi possível devido a traça da cidade elaborada por Frias, uma vez que ela foi capaz de nortear o crescimento da malha ortogonal mesmo que o padrão das quadras, inicialmente de 80X80m, fosse alterado. Traçado que se antecipou à fase de consolidação da estratégia territorial lusitana que só iria se desenvolver plenamente entre a fase filipina e pombalina; mesmo assim os saberes já codificados e operacionalizados do engenheiro-militar trouxe maior certeza quanto à necessidade de crescimento e de seus agentes urbanizadores, deixando então um traçado capaz de se expandir segundo um padrão e que pudesse manter uma estrutura e identidade ao longo do tempo, como de fato aconteceu na cidade durante sua expansão no século XIX.

No quesito adaptação, formou-se o pensamento que esta não deve ser entendida somente como o processo pelo qual esta morada atravessou para adquirir os caracteres adequados ao sítio ou clima e sim como as modificações necessárias e resultantes para se acomodar ao momento circunstancial, seja ele, social, econômico ou histórico. Entende-se que a morada varia conforme a evolução social, de acordo com o espírito do tempo, o *“zeitgeist”* da filosofia alemã: uma morada adaptada aos tempos.

Neste sentido, pode-se concluir que como representação espacial, as plantas trazem os elementos que compõe a identidade da morada ludovicense. A distribuição espacial interior é, sem dúvida alguma, a forma encontrada para diferenciar e estabelecer os diversos usos, fluxos e a movimentação dos vários personagens no interior da morada. É o meio mais

influyente para entender o suporte das relações sociais, políticas e, sobretudo, culturais nas relações familiares ludovicenses, da qual muitos escritores locais lançaram mão para descreverem o cenário de suas estórias.

Deste modo, muitas moradas, sejam elas térreas ou assobradadas, não escondem sua subordinação tipológica, fazendo com que a aparência da cidade até o início do século XX estivesse atrelada ao estilo tradicional português apenas com algumas nuances neoclássicas. Conservando-se até então as implantações, a setorização e compartimentação, os usos, materiais, ordenação dos vãos... Onde as fachadas incorporaram apenas elementos compositivos clássicos, como a introdução de platibanda que deram um novo conceito de beleza assim como os porões altos que elevaram a entrada principal da morada, atribuindo-lhe um maior prestígio. Estas foram mudanças meramente formais, que não alteraram o modo de fazer ou usar a casa.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshe de. O cativoiro. 2. ed. São Luís: Alumar, 1992.

ALCÂNTARA, Dora de. Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão. Rio de Janeiro: Fontana, 1980.

AMARAL, José Ribeiro do. O Maranhão histórico: artigos de jornal (1911-1912) reunidos por Luís Melo. São Luís: GEIA, 2003.

ANDRÈS, Luíz Phelipe de Carvalho Castro (Org). Centro histórico de São Luís-Maranhão: patrimônio mundial. São Paulo: Audichromo, 1998.

ANDRÈS, Luíz Phelipe de Carvalho Castro. A arquitetura maranhense e a economia do algodão. São Luís, 2006. No Prelo. In: BICCA, Paulo; BICCA, Briane. Arquitetura na Formação do Brasil. [S.l.]: UNESCO, 2007.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859. 1859. Cópia reproduzida por xerografia.

BURNETT, Frederico Lago. Urbanização e Desenvolvimento Sustentável. A sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão. São Luís, UEMA, 2008.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. Dicionário da arquitetura brasileira. São Paulo: Artshow Books, 1989.

CRUZ, Ernesto. Igrejas e sobrados do Maranhão (São Luís e Alcântara). Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.

DUARTE, Cristovão Fernandes. São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período filipino. Oceanos: a construção do Brasil urbano, Lisboa, n. 41, 2000.

DUARTE, Cristovão Fernandes. São Luís-MA. In: PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio (Orgs.). Altas de centros históricos do Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 46-53.

ESPÍRITO SANTO, Marcelo. Tipologia da arquitetura residencial urbana em São Luís do Maranhão: Um Estudo de Caso a Partir da Teoria Muratoriana. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FREYRE, Gilberto. A casa brasileira. Rio de Janeiro: Grifo, 1971.

FREYRE, Gilberto. Casas de residência no Brasil – Introdução. In: Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

FREYRE, Gilberto. Um engenheiro francês no Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

KESSING, Felix. M. Antropologia cultural: a ciência dos costumes. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LEMOS, Carlos A.C. Alvenaria burguesa. São Paulo: Nobel, 1989a.

LEMOS, Carlos. História da casa brasileira. São Paulo: Editora Contexto, 1989b.

LOPES, José Antonio Viana. São Luís: história urbana. In: SÃO LUÍS ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. Sevilha: Consejería de Obras Publicas y Transportes, 2008.

MARANHÃO. Secretaria da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico. Bens tombados no Maranhão: tombamento estadual. São Luís, 1987.

PESSÔA, José. Em tudo semelhante, em nada parecido: Modelos e modos de Urbanização na América Portuguesa. Oceanos: a construção do Brasil urbano, Lisboa, n. 41, 2000.

PORTAS, Nuno. Os tempos das formações das cidades lusas no Brasil. Oceanos: a construção do Brasil urbano, Lisboa, n. 41, 2000.

REIS, Nestor Goulart. Evolução urbana do Brasil 1500 / 1720. São Paulo: Pini, 2000a.

REIS, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo: Edusp, 2000b.

REIS, Nestor Goulart. Notas sobre história da arquitetura e aparências das vilas e cidades. Cadernos de Pesquisa do LAP, São Paulo, n. 20, 1997.

REIS, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo no Brasil: primeira parte: período colonial. Cadernos de Pesquisa do Lap, São Paulo, n. 8, 1995.

REIS, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. 10. ed. São Paulo: Perspectivas, 2000c.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. Formação do espaço urbano de São Luís. São Luís: FUNC, 2001.

RODRIGUES, José Wash. A casa de moradia no Brasil antigo. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1945.

RODRIGUES, José Wash. Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

ROSSA, Walter. No primeiro dos elementos: dados para uma leitura sintética do urbanismo e da urbanística portuguesa da Idade Moderna. Oceanos: a construção do Brasil Urbano, Lisboa, n. 1, 2000.

SANTOS, Paulo Ferreira. Formação de cidades no Brasil colonial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SANTOS, Paulo Ferreira. Quatro séculos de arquitetura. Barra do Piraí: Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977. Cópia reproduzida por xerografia.

SELBACH, Jeferson Francisco (Org.). Código de Postura de 1842. In: _____. Códigos de Postura de São Luís/MA. São Luís: Edufma, 2010. p. 19-44.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. Arquitetura tradicional luso-brasileira em São Luís do Maranhão. In: SÃO LUÍS ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. Sevilha: Consejería de Obras Publicas y Transportes, 2008.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. Arquitetura luso-brasileira no Maranhão. 2. ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SMITH, C. Robert. Arquitetura civil do período colonial. Separata da: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, Rio de Janeiro, v. 117, 1969.

SMITH, C. Robert. Documentos baianos. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional. Rio de Janeiro, 1945.

VALTHIER, L. L. Casas de residência no Brasil. In: Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.

VIEIRA FILHO, Domingos. Os escravos e o código de posturas de São Luís. Revista Maranhense de Cultura, São Luís, n. 2, 1978.